ISSN: 2358-8829

O PLANEJAMENTO COLABORATIVO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA INCLUSÃO EDUCATIVA E EQUITATIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Onete Raulino da Costa [1]
Elizabete Siqueira de Macêdo Aguiar [2]
Elisabeth Alessandra Trindade Moura [3]
Karla Angélica Teixeira da Silva [4]
Felipe Gonzalez Cardoso da Costa [5]
Francisca Aline Freires Gadelha [6]

INTRODUÇÃO

A promoção de uma educação inclusiva e equitativa exige que a escola reconheça as diferenças entre os estudantes e organize suas práticas pedagógicas de modo a atender às distintas necessidades de aprendizagem. Nesse contexto, o planejamento colaborativo favorece a articulação entre os profissionais da comunidade escolar, permitindo compartilhar experiências, discutir estratégias e construir ações pedagógicas que ampliem as condições de participação dos estudantes no processo educativo.

Diante dessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os desafios e as possibilidades do planejamento colaborativo para a promoção de uma inclusão educativa e equitativa em uma escola municipal de Fortaleza. Para alcançar esse propósito, foram definidos dois objetivos específicos: identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais da escola na realização do planejamento colaborativo, considerando as condições de trabalho, a articulação entre os docentes e as necessidades educacionais dos estudantes; e investigar as possibilidades desse planejamento para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e equitativas, considerando a participação dos profissionais da escola e a valorização das diferenças entre os estudantes.

[1]Doutoranda em Ciencias de la Educación da Universidad Del Sol – UNADES, onete.raulinoc@gmail.com;
[2]Especializanda em Ciências é 10 - Projeto Nacional UECE e em Química da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Graduada em Pedagogia – (UFC), bete.smaguiar@gmail.com;
[3]Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional -(CEPEX), eatm.6675@gmail.com;
[4]Mestranda em Ciencias de la Educación da Universidad Del Sol – UNADES, Especialista em Metodologias no Ensino de História (UECE), karla.teixeira.2009@gmail.com;
[5] Mestre em Ciências da Educação - Tecnologia Educativa - Universidade do Minho Portugal, felipegonnzalez@gmail.com;.
[6] Professora orientadora: Esp. em Gestão e Coordenação Escolar - (FLATED) em Qualificação do Ensino de Matemática do Estado do Ceará – Universidade Federal do Ceará (UFC), alinegadelha25@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

Quanto aos procedimentos metodológicos, a investigação adotou uma abordagem qualitativa, uma vez que buscou compreender as experiências, as percepções e os desafios relacionados ao planejamento colaborativo, sem se orientar pela mensuração de seus resultados. Para tanto, foram utilizados três procedimentos complementares: revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com diferentes integrantes da comunidade escolar. Essa combinação permitiu reunir contribuições teóricas, orientações institucionais e relatos dos participantes, favorecendo a compreensão do fenômeno no contexto investigado.

Além desta Introdução, o artigo está organizado em Metodologia, na qual são apresentados a abordagem e os procedimentos adotados; Referencial Teórico, Resultados e Discussão, seção que reúne os fundamentos conceituais e a análise das informações obtidas na pesquisa; e Considerações Finais, que sintetizam os principais resultados, retomam os objetivos estabelecidos e apresentam as conclusões do estudo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Optou-se por uma abordagem qualitativa, por entender que os desafios e as possibilidades do planejamento colaborativo para uma inclusão educativa e equitativa não se deixam medir em números: precisavam ser compreendidos no interior da própria escola onde aconteciam, uma escola municipal de Fortaleza. Para isso, combinamos três procedimentos: revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com integrantes da comunidade escolar, de modo a olhar o objeto por lados diferentes.

A revisão bibliográfica deu suporte à discussão sobre planejamento colaborativo, Educação Inclusiva e equidade, enquanto a pesquisa documental se debruçou sobre orientações institucionais relacionadas à inclusão escolar, em especial aquelas publicadas pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. São procedimentos que se distinguem pelas fontes consultadas, mas que, como aponta Arantes (2025), podem ser articulados para ampliar a compreensão do que se investiga, e foi nesse sentido que os trabalhamos, um alimentando o outro.

Nas entrevistas, ouvimos professores, profissionais de apoio, responsáveis e estudantes. Os relatos passaram por análise qualitativa, com atenção à participação dos profissionais, à adaptação das atividades, às condições institucionais e às necessidades individuais de cada estudante. Cruzando esses depoimentos com a literatura e com os documentos, conseguimos reunir perspectivas distintas sobre o planejamento

colaborativo e aquilo que ele pode contribuir para práticas pedagógicas inclusivas e equitativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desafios do planejamento colaborativo no contexto da inclusão educativa escolar

O planejamento colaborativo enfrenta obstáculos relacionados à falta de tempo, às condições institucionais e à participação dos profissionais. Mendes *et al.* (2023), ao estudarem escolas municipais de Fortaleza, destacam que a ausência de horários específicos para o trabalho conjunto dificulta a definição de estratégias e objetivos compartilhados. Essa dificuldade também se manifesta na articulação entre professores do ensino comum e da Educação Especial. Silva e Vilaronga (2021) ressaltam a importância da comunicação, da troca de experiências e da corresponsabilidade pedagógica. Entretanto, limitações na formação docente, nos recursos disponíveis e na organização do trabalho dificultam a identificação das necessidades dos estudantes e a elaboração de atividades acessíveis. As orientações da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (Fortaleza, 2023) oferecem referências para práticas inclusivas, mas sua efetivação depende de condições adequadas de trabalho, materiais acessíveis e apoio pedagógico. Assim, fortalecer o planejamento colaborativo exige tanto o envolvimento dos profissionais quanto o enfrentamento das limitações institucionais que condicionam sua atuação.

2.2 Planejamento colaborativo como estratégia para a inclusão educativa e a equidade nas práticas pedagógicas

O planejamento colaborativo promove a inclusão ao compartilhar as decisões pedagógicas entre os profissionais da escola. Barbosa e Silva (2025) destacam sua contribuição para a Educação Inclusiva, especialmente pela elaboração conjunta de atividades que considerem as necessidades dos estudantes, diversifiquem os recursos didáticos e ampliem sua participação na aprendizagem. Silva (2026) ressalta a importância da corresponsabilidade profissional na inclusão de alunos com deficiência, mediante estratégias acessíveis e respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem, sem comprometer o acesso aos conteúdos curriculares. Essa articulação contribui para reduzir barreiras à participação e à aprendizagem. Mitre (2023) relaciona o planejamento colaborativo à equidade, por meio de estratégias que considerem as diferenças individuais. Em uma escola municipal de Fortaleza, essa prática envolve o diálogo entre profissionais, a diversificação de recursos e o acompanhamento da

ISSN: 2358-8829

participação dos estudantes, favorecendo oportunidades de aprendizagem mais inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise considerou os relatos de professores, da docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE), de profissionais de apoio, familiares e estudantes de uma escola municipal de Fortaleza. Buscou-se compreender a realização do planejamento colaborativo, suas contribuições para a inclusão e os obstáculos enfrentados. Para isso, foram estabelecidas quatro categorias: participação e articulação pedagógica; percepções de alunos e familiares; condições institucionais e barreiras à colaboração; e possibilidades de aprimoramento das práticas inclusivas e equitativas.

Participação dos profissionais e articulação pedagógica

Nos depoimentos, o planejamento colaborativo aparece como oportunidade de trocar experiências, reconhecer necessidades educacionais e pensar estratégias pedagógicas em conjunto. A professora de Matemática Aline Gadelha é quem melhor traduz isso: para ela, a colaboração permite que o professor da sala comum e o do AEE troquem experiências, ajuda a identificar as dificuldades dos estudantes e abre caminho para o uso de recursos pedagógicos variados. Na avaliação dela, planejar junto não se resume a elaborar tarefas, já que passa também pela análise das condições de aprendizagem e pela busca de alternativas de ensino.

Essa leitura se aproxima do que Mendes *et al.* (2023) descrevem ao tratar do planejamento colaborativo e inclusivo nas escolas municipais de Fortaleza, e a aproximação faz sentido: os dois trabalhos, o dos autores e esta pesquisa, estão situados na mesma rede municipal de ensino. Pelos relatos aqui coletados, a colaboração pode ajudar os professores a entender melhor o que os estudantes precisam e a montar respostas pedagógicas mais adequadas. Ter um espaço destinado ao planejamento, porém, não garante que todos os profissionais participem dele, tampouco que as estratégias discutidas sejam de fato incorporadas às aulas.

A professora do AEE Francisca de Jesus Gomes de Sousa informa que aproximadamente 60% dos professores, considerando as duas unidades mencionadas em seu depoimento, participam mensalmente do planejamento colaborativo. Segundo ela, os participantes que aderem à atividade costumam ser assíduos, mas ainda não foi alcançada a participação da maioria dos docentes. Esse dado revela uma diferença

importante entre a disponibilidade institucional do planejamento e a adesão dos profissionais.

O diálogo aparece também na fala de George M. Fernandes, professor de Educação Física, ao explicar que planejar junto com a profissional do AEE deixa mais claro quais estratégias funcionam melhor para determinado conteúdo e para as características de cada estudante. Foi dessa conversa, segundo ele conta, que nasceu uma atividade de colorir, classificar e separar, pensada para um estudante com transtorno do espectro autista (TEA) e vinculada ao conteúdo de Práticas Corporais de Aventura que estava sendo trabalhado com a turma.

Renê A. Rodrigues, professor de Ciências, chega a uma observação parecida por outro caminho. Ele reconhece que a orientação do AEE foi o que permitiu identificar os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes e, a partir daí, escolher atividades compatíveis com o que cada um precisa, e afirma que a mediação da profissional o ajudou a compreender que cada aluno tem especificidades próprias e pode demandar estratégias diferentes. Mas o que chama atenção no relato não é apenas a adequação da estratégia ao aluno, e sim o efeito dessa mediação sobre a própria formação do professor: *ao compartilhar conhecimentos e refletir junto sobre as decisões pedagógicas, o planejamento colaborativo acabou funcionando também como formação continuada dentro do próprio contexto de trabalho.*

Entender a colaboração como simples divisão de tarefas entre professores já erra o alvo: o que acontece de fato, quando o processo funciona, é uma análise conjunta das barreiras de aprendizagem de um aluno e a construção, também conjunta, de respostas pedagógicas para essas barreiras. Silva e Vilaronga (2021) trabalham justamente essa relação entre o professor do ensino comum e o professor especializado, e é a partir delas que discuto o que apareceu no contexto investigado. Pelos relatos, a troca entre os docentes tende a ampliar o repertório didático de quem participa.

Finalizando este tópico temos o depoimento da professora Onete R. Costa:

> *Enquanto professora de Língua Inglesa, hoje percebo que minha prática docente não era adequada às necessidades educacionais de alguns de meus alunos e a partir da formalização do planejamento colaborativo, passei a adaptar conteúdos, avaliações e abordagens, pois a troca de informações com o professor do AEE, favoreceu que eu conhecesse melhor, meus alunos. Lembro que ao trabalhar sobre tecnologias a professora Francisca do AEE sugeriu aproveitar o interesse pelas redes sociais e desenvolver uma atividade para toda a turma, pois o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) nos orienta a utilizar abordagens de fato inclusivas e desde então,*

ISSN: 2358-8829

> *venho tendo um melhor acesso a todos os meus alunos. Claro que há dificuldades, resistências, mas elas têm diminuído consideravelmente.*

Percepções dos estudantes e das famílias sobre as atividades adaptadas

Os depoimentos de mães e de estudantes trazem o que a observação da sala de aula sozinha não alcança: como essas adaptações são sentidas por quem convive com elas no dia a dia escolar. Boa parte das respostas aponta que as atividades passaram a ser compreendidas com mais facilidade, mais aceitação das tarefas, mais confiança para participar. Nem todas seguem essa direção, porém: aparecem também relatos de mudanças pequenas, dificuldades que persistem e pedidos diretos por atividades mais compatíveis com o ano escolar do estudante. Essa mistura de avaliações não se fecha numa leitura única, e talvez seja justamente por isso que cada trajetória de aprendizagem precise ser olhada à parte.

Um caso ajuda a concretizar isso. Elizabeth M. P. Silva, mãe da estudante Samara Vitória, contou que, antes do planejamento colaborativo, a filha tinha muita dificuldade para compreender o que era pedido nas atividades e nas provas. Perguntada sobre as adaptações, respondeu afirmativamente e apontou as atividades ilustradas como exemplo de proposta que favoreceu a participação de Samara Vitória. Ao mesmo tempo, apontou uma dificuldade com a forma como as perguntas eram descritas.

Jéssica M. Silva, mãe de Luan Jefferson, mencionou que o filho não aceitava fazer atividades antes de ser acompanhado pelo AEE, mas que depois desse apoio, ele passou a aceitar algumas propostas. Sobre as adaptações, comentou que havia contribuído, mas que as atividades precisavam estar mais alinhadas com a série do estudante. A mãe também citou a Matemática como área em que viu uma experiência positiva e ressaltou que o filho ainda tem dificuldade para fazer apresentações para a turma.

O depoimento traz uma tensão que o planejamento inclusivo não pode contornar: adaptar uma atividade significa abrir acesso ao conteúdo sem abrir mão da etapa de escolarização em que o estudante está nem das oportunidades de desenvolvimento que aquela proposta deveria oferecer. Quando a tarefa soa infantilizada, ou fica distante dos temas que a turma trabalha, o efeito costuma ser o contrário do desejado: o aluno se desinteressa e deixa de se sentir valorizado. Por isso a adequação pedagógica não se resolve só pela via das necessidades de aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

Lorena L. Moreira, mãe de João Vitor, relatou que antes das adaptações o filho tinha dificuldade para compreender as atividades propostas e que, depois delas, passou a compreender um pouco melhor algumas delas e a aprender com elas. O depoimento não chega a desenhar uma virada completa: o estudante realiza certas atividades, ainda que com ajuda, mas segue tropeçando na leitura, tem dificuldade para entender as orientações e encontra obstáculos para interagir com os colegas, e a própria mãe fez questão de apontar que falta mais apoio pedagógico. Lido com cuidado, esse relato sugere que a adaptação favorece avanços pontuais, sem dispensar o acompanhamento contínuo.

A perspectiva dos próprios estudantes reforça essa interpretação. Samara Vitória P. Silva, estudante do 9º ano B, afirmou que ainda sentia dificuldade e receio de participar, além de não conseguir concluir as provas antes das adaptações. Ao avaliar as mudanças, respondeu: *Sim, melhorou bastante entendo melhor e me sinto mais confiante (sic)*

A adaptação está vinculada à compreensão e à confiança necessárias para participar das atividades, conforme indicado na declaração. Mesmo que a narrativa não consiga medir a amplitude dessa melhoria, ela sugere que a experiência da aluna envolve uma dimensão subjetiva considerável: a sensação de maior confiança ao afrontar as tarefas. Tal aspecto merece atenção, uma vez que o receio de cometer erros ou de se expor pode desencorajar a participação, mesmo que o aluno esteja fisicamente presente na sala de aula e se engaje na proposta de atividade. Ela também mencionou que a interpretação de texto constitui um impedimento que ainda não conseguiu superar. Esse relato demonstra que a melhoria percebida não equivale à eliminação completa das barreiras de aprendizagem.

João Vitor S. Lima, estudante do 8º ano A, mandou sua resposta em vídeo, por conta das dificuldades com a escrita. No registro, afirmou: "*Antigamente eu não conseguia fazer as provas porque eu não sabia das coisas e aí era muito difícil eu tinha muita dificuldade*." (sic) Dá para sentir ali o peso que as provas tinham quando faltava a ele entender o que estava sendo perguntado, e a necessidade de garantir condições para que compreenda as questões e consiga mostrar o que sabe. E o próprio formato do depoimento diz algo: quando a escrita emperra a participação, abrir espaço para outras formas de resposta deixa de ser gentileza e vira condição para que o aluno mostre o que

sabe. O aluno Francisco Jamerson do 6º B M também destacou que as atividades adaptadas vem ajudando na melhoria de sua aprendizagem. "*Agora consigo fazer só*".

Condições institucionais e desafios à efetivação do planejamento colaborativo

Os depoimentos que recolhemos mostram o que o planejamento colaborativo tem a contribuir, mas trazem também os obstáculos que dificultam que ele aconteça de fato. A adesão incompleta dos professores aparece como um primeiro entrave, e a ela se somam o número de estudantes por turma, a carência de profissionais de apoio, a escassez de materiais adaptados, o tempo exíguo para planejar em conjunto e a sobrecarga dos profissionais do AEE. Vale dizer: nada disso se resolve com boa vontade. Esses fatores deixam claro que a construção de práticas inclusivas não depende apenas da disposição individual de cada docente, pois passa pelas condições de trabalho, pela organização da escola e pela existência (ou não) de recursos pedagógicos.

A professora de Matemática Aline Gadelha aponta o número de estudantes em sala e a ausência de um profissional de apoio como as principais dificuldades que enfrenta. George Marques Fernandes, professor de Educação Física, traz elementos semelhantes, embora acrescente a variedade de necessidades dos alunos como um fator que amplia a complexidade do trabalho, além do número de estudantes por turma e da carência de profissionais de acompanhamento. Lidos em conjunto, os dois depoimentos indicam que o planejamento precisa dar conta da complexidade das situações concretas de sala de aula: quando um mesmo professor atende, ao mesmo tempo, muitos estudantes com demandas diferentes, elaborar e acompanhar estratégias individualizadas fica bem mais difícil, sobretudo quando falta apoio suficiente para colocá-las em prática.

A profissional de apoio Adriana Maria, juntamente com Eurenice Alves e Erlândia Barroso, também destaca a falta de materiais, de adaptações e de acompanhamento adequado por parte das famílias. Ao apresentar sugestões de melhoria, as profissionais afirmam: *Poderia ter uma sala adaptada, um acompanhamento mais adequado com condições tanto para os professores e profissionais de apoio e outras melhorias por parte dos governantes, pq não é só colocar as crianças na escola e sim dar suporte para todo o corpo docente. (sic)*

A manifestação deixa claro que as profissionais entendem a inclusão como um dever que demanda apoio além da simples matrícula na escola. A presença de espaços apropriados, de materiais acessíveis e de condições de trabalho para os profissionais

ISSN: 2358-8829

surge como uma das necessidades apontadas no dia a dia. Além disso, destaca-se a responsabilidade dos gestores públicos em criar as condições necessárias para que os profissionais consigam implementar práticas inclusivas de forma contínua.

A assistente de inclusão Letrice Araújo reforça a necessidade de espaços mais adequados, suporte aos profissionais da inclusão nos momentos de crise dos alunos, apontando dificuldades nas crises, alunos não-verbais e agressivos. Ela afirmou que *as atividades adaptadas ajudam bastante*, informação relevante, uma vez que é papel desse profissional auxiliar os estudantes na realização das atividades em sala de aula. Izabel Frota da Silva aponta a falta de tempo para um planejamento conjunto. Ela menciona, como dificuldades que aparecem de forma constante, o tempo limitado, a falta de recursos e o desafio de atender a diversas necessidades. Outro aspecto importante aparece na fala do professor e formador de Língua Portuguesa Wesclei R. Cunha, que reconhece a contribuição do AEE, mas alerta para a sobrecarga desse profissional e para a preparação ainda insuficiente da escola para responder às necessidades da inclusão. Em seu relato, afirma: *Então eu considero um trabalho também desafiador para o mediador, porque ele tem um olhar muito esclarecedor, eu admiro inclusive. Mas às vezes ele também está sobrecarregado. A escola precisa se atualizar para estas questões. Porque a gente precisa ser justo com o trabalho de todos da escola. (sic)*

É preciso considerar, nas dimensões organizacionais e formativas, a resistência que alguns professores, segundo a professora do AEE, ainda apresentam. A recusa em se envolver no planejamento pode ter diversas causas, que não foram suficientemente detalhadas nos depoimentos para fornecer uma única explicação. Portanto, não é correto presumir que todos os profissionais que não participam compartilhem a mesma motivação. Os dados indicam que há uma adesão parcial e resistência relatada, mas não explicam completamente os motivos de cada ausência. Explorar essas questões pode permitir à gestão formular estratégias de sensibilização mais direcionadas e distinguir entre dificuldades na organização do trabalho e situações de recusa intencional.

O núcleo gestor reconhece que cabe a ele sensibilizar o corpo docente ao planejamento colaborativo, construindo estratégias para alcançar este objetivo. Assim a diretora Raimunda Cordeiro reforça que: *O planejamento colaborativo tem contribuído com desenvolvimento integral da criança neurodivergente com todas as suas habilidades e potencialidades.* A coordenadora pedagógica Sawa Torres enfatiza que o

núcleo gestor mobiliza os professores: *Colocamos cards com avisos nos grupos de professores, além de avisos verbais.* O secretário escolar Amaurílio Mendes aponta a necessidade de organizar, na rotina escolar, *um horário fixo semanal para o planejar juntos,* de modo a *tornar a aula mais acessível para os alunos neurodivergentes, adaptando materiais e formas de avaliação, sem alterar o conteúdo*.

Isso se alinha com Silva e Vilaronga (2021), que também destacam a colaboração entre educadores como um aspecto importante do trabalho inclusivo, embora ressaltem que essa colaboração profissional exige condições concretas para se manter. A corresponsabilidade não é o mesmo que atribuir ao professor do AEE a totalidade da adaptação do ensino, assim como não é deixar o professor da sala regular sem suporte. O planejamento colaborativo envolve a contribuição mútua, com atribuições interligadas e suporte institucional.

Possibilidades de fortalecimento de práticas inclusivas e equitativas

Os desafios já discutidos não anulam o que os depoimentos também trazem: um conjunto de práticas que ajuda a sustentar, ainda que de forma pontual, o planejamento colaborativo nessa escola. Professores trocam conhecimento entre si, montam atividades vinculadas aos conteúdos curriculares, recorrem a materiais concretos e visuais, praticam a leitura mediada, valorizam as habilidades de cada aluno e abrem espaço para que os estudantes participem de atividades coletivas quando a oportunidade aparece e alguém decide aproveitá-la.

O caso que melhor ilustra isso foi o relato de Suzilene Ribeiro: duas estudantes com TEA participaram do Sarau Literário da escola, dançando. Segundo a professora, a experiência deixou as alunas mostrarem o que sabem fazer, estarem dentro de uma atividade coletiva e serem reconhecidas pelo que apresentaram. O episódio desloca um pouco a ideia comum de inclusão, porque participar não se resume a cumprir tarefa escrita ou ter prova adaptada. Estar presente num evento da escola, se expressar pela arte, ser reconhecido por uma habilidade que é sua, isso também entra no rol do que a escola tem para oferecer em termos de educação.

A experiência possibilita refletir sobre como é fundamental reconhecer as oportunidades de participação que cada aluno pode ter e como é necessário criar as condições para que essas oportunidades sejam aproveitadas. Ao invés de focar apenas nos desafios, o planejamento pode se basear também nas competências, nos interesses e nas maneiras de se expressar dos estudantes. Essas vivências nos indicam que a inclusão

ISSN: 2358-8829

educativa se torna mais forte quando o planejamento se baseia em uma compreensão mais profunda dos alunos, levando em conta suas dificuldades, interesses, conhecimentos prévios e maneiras de participar.

Mitre (2023) traz uma referência temática que possibilita a discussão da articulação entre organização pedagógica e atendimento às necessidades dos alunos, especialmente no que diz respeito à educação inclusiva e ao planejamento colaborativo. No cenário investigado, essa articulação se manifesta nos depoimentos de professores que, em conversa com o AEE, buscaram caminhos para abordar leitura, escrita, Matemática, Ciências, Educação Física e outras disciplinas do currículo. Outra alternativa é aumentar a supervisão das atividades adaptadas. Os relatos das famílias indicam que algumas abordagens são vistas como eficazes, enquanto outras ainda precisam ser aprimoradas.

A equidade educativa impõe ainda um cuidado com a relação entre as atividades adaptadas e o currículo escolar, questão que o depoimento de uma mãe torna concreta: ela considerou algumas das tarefas infantis para o ano em que o filho estava. É um ponto incômodo, porque mostra que uma adaptação pode ser feita com boa intenção e ainda assim não dar conta do que se espera em termos de aprendizagem, ou pior, ferir a percepção de dignidade do próprio estudante.

Elaborar atividades acessíveis sem perder esse fio significa ajustar os meios de participação, a complexidade das instruções e os recursos empregados às necessidades identificadas, mantendo o vínculo com os conteúdos e os objetivos curriculares. Sem esse cuidado, a adaptação desliza fácil para a simplificação indiscriminada, ou vira uma proposta solta, sem relação com o percurso escolar de quem a recebe. Por fim, os resultados apontam que o planejamento colaborativo traz contribuições percebidas na construção de atividades acessíveis, no intercâmbio de saberes entre os profissionais e na participação de estudantes com variadas necessidades educacionais.

Em contrapartida, a adesão parcial, a falta de tempo, a escassez de recursos materiais, a falta de profissionais de apoio e a sobrecarga do AEE se configuram como barreiras que requerem atenção por parte das instituições. Ainda de acordo com as respostas dos alunos e das famílias, as adaptações não têm efeitos uniformes e precisam ser constantemente avaliadas e ajustadas às necessidades que aparecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa investigou os desafios e oportunidades do planejamento colaborativo na promoção da inclusão educativa em uma escola municipal de Fortaleza. Identificaram-se dificuldades como a participação limitada dos professores, a falta de tempo para trabalho coletivo, escassez de recursos pedagógicos, e a sobrecarga dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os relatos mostraram que a articulação entre docentes precisa ser fortalecida para que a responsabilidade pelo atendimento das necessidades educacionais dos alunos seja compartilhada. Apesar das limitações, foram reconhecidas possibilidades de fortalecimento das práticas inclusivas, como a troca de experiências e a adaptação de atividades. Porém, as percepções de alunos e familiares indicaram que os resultados das adaptações não são homogêneos, persistindo dificuldades em leitura, escrita e interação. Conclui-se que o planejamento colaborativo pode ser eficaz para uma inclusão educativa quando realizado de forma contínua e com a corresponsabilidade dos profissionais. Recomenda-se aumentar a participação docente, garantir horários para planejamento, fortalecer a articulação entre a sala regular e o AEE, disponibilizar recursos acessíveis e monitorar sistematicamente as respostas dos alunos às estratégias adotadas.

REFERÊNCIAS

ARANTES, T. R. de R. Documentary research, bibliographic research, and systematic review: defining aspects and brief considerations. *Interdisciplinary Studies Notebooks*, v. 7, n. 2, e722501, 2025. ISSN 2764-394X. https://doi.org/10.5281/zenodo.15799019.

BARBOSA, M. C. S. G.; SILVA, A. C. F. DA. Planejamento Colaborativo uma Prática Pedagógica Eficaz para a Educação Inclusiva. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 6, p. 903–910, 5 jun.2025.

FORTALEZA. *Orientações pedagógicas para educação inclusiva e diversidade.* Secretaria Municipal de Educação SME, 2023. Disponível em: https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8550:sme-divulga-documentos-de-orienta%C3%A7%C3%B5es-pedag%C3%B3gicas-para-o-ano-letivo-2023&catid=79&Itemid=509. Acesso em: 17 jul. 2026.

MENDES, D. D. B. et al. Planejamento colaborativo e inclusivo: uma prática nas escolas municipais de Fortaleza. *RPP*, Porto Velho, v. 9, p. 70-86, 2023. ISSN: 2237-5406. https://doi.org/10.69568/2237-5406.2023v9e7636.

MITRE, R. M. Educação inclusiva e o papel do planejamento colaborativo. *Revista Educação e Sociedade*, v. 44, p. 1-15, 2023.

SILVA, R. S. da; VILARONGA, C. A. R. Colaboração entre professores do ensino comum e especial em um município paraense. *Revista Eletrônica de Educação,* v. 15, p.1-20, 2021.

SILVA, F. V. S. da. *A importância do planejamento colaborativo na inclusão escolar de alunos com deficiência*. 1. ed. Natal, RN: Amplamente, 2026. E-book. https://doi.org/10.47538/AC-2026.61.